
RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a prática pedagógica desenvolvida pelos professores da escola regular no processo de inclusão educacional do aluno com autismo. Para tanto, adotou-se como opção metodológica o estudo de caso dentro de um enfoque qualitativo de pesquisa. Neste estudo foram realizadas observações da prática pedagógica das professoras nas turmas onde estão matriculados alunos nesta situação e entrevistas com as mesmas. Acredita-se na necessidade de revisão e de novas reflexões sobre as práticas utilizadas pelos professores frente aos alunos com autismo visando uma aprendizagem eficaz e de qualidade.

Palavras-chaves – Transtorno autístico; Escola regular; Prática pedagógica.

ABSTRACT

This work had as objective to analyze the pedagogical practice developed by the teachers of the regular school in the process of educational inclusion of the student with autism. For that, a case study was adopted as a methodological option within a qualitative research approach. In this study, observations were made of the pedagogical practice of the teachers in the classes where students are enrolled in this situation and interviews with them. It is believed that there is a need for revision and new reflections on the practices used by teachers towards students with autism in order to achieve effective and quality learning.

Keywords – Autistic disorder; Regular school. Pedagogical practice.

¹ Possui graduação em Psicologia pela Faculdade de Minas (FAMINAS - Muriaé); graduação em Pedagogia pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM); graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e graduação em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Especialização em Neuropsicologia pela Universidade Candido Mendes (UCAM); especialização em Neuropsicopedagogia (UCAM), especialização em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão (UCAM); especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (UCAM) e especialização em Gestão de Processos Educativos: Supervisão e Inspeção Escolar pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

INTRODUÇÃO

O autismo é uma temática que vem sendo discutida no campo de problemas da Psicologia da Educação com foco na realidade brasileira, levantando muitas dúvidas, questionamentos e inseguranças. Nesse entendimento muitos educadores encontram dificuldades em sua atuação profissional, uma vez que desconhecem as características deste transtorno.

O autismo é um transtorno invasivo do desenvolvimento, de etiologia desconhecida, com prejuízo acentuado na tríade socialização, linguagem e comportamento. A dificuldade de socialização é uma das características mais marcantes deste transtorno e o âmbito escolar é, por definição, o “*locus*” privilegiado para realizar intervenções cujo objetivo é a formação do indivíduo por meio da apropriação da cultura. Neste entendimento, é fundamental discutir as estratégias pedagógicas de professores que participam do processo de inclusão de crianças com autismo na rede regular de ensino.

Partiu-se do pressuposto que o papel do professor é de suma importância para a efetivação da inclusão destes alunos no sistema regular de ensino. Desta forma, é preciso planejar uma estratégia pedagógica orientada para a superação das dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem de forma que as demandas educacionais destes alunos sejam atendidas de acordo com os objetivos do processo educativo e suas finalidades na sociedade contemporânea.

A partir do exposto, a pesquisa buscou responder a seguinte questão: quais as estratégias pedagógicas delimitadas pelos professores no processo de ensino e aprendizagem com crianças com autismo na rede regular de ensino? Nesta direção, a questão teórica versou sobre as práticas pedagógicas e metodologias adotadas no espaço escolar para que se tenha a inclusão destes alunos no ensino regular, com base no que é garantido pela legislação brasileira.

O presente trabalho teve por objetivo analisar as estratégias pedagógicas do professor em relação ao processo de ensino e aprendizagem de alunos diagnosticados com autismo matriculados na rede regular de ensino em uma escola pública da Zona da Mata Mineira. Dentre as diversas deficiências, o tema autismo foi escolhido pelo fato do pesquisador atuar como psicólogo e observar

a realidade vivenciada pelos educadores, gestores e pais frente ao aluno com autismo.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram: investigar estratégias pedagógicas discutidas na literatura acadêmica sobre o tema; as concepções docentes acerca do processo ensino e aprendizagem; indicar os limites e possibilidades da inclusão de crianças com autismo na rede regular de ensino.

Para o referencial teórico, o estudo contou com a contribuição de alguns pesquisadores que vêm desenvolvendo estudos pertinentes ao mesmo tema como: Araújo (2000), Klin (2006), Camargo e Bosa (2009), Mercadante e Rosário (2009), dentre outros.

Araújo (2000) aborda que a proposta da inclusão de alunos com autismo impõe grandes desafios à escola como um todo e em especial ao professor que irá lidar diretamente com o aluno. Entre os desafios, destacam-se: lidar com a diversidade; formação adequada e aperfeiçoamento constante; utilização de metodologias, instrumentos, formas de avaliação e comunicação diferentes das convencionais; adaptações na sala de aula, no currículo, no plano de aula, ensino e nos projetos educacionais; parcerias efetivas com profissionais especializados e família do aluno e superação dos mitos e preconceitos que cercam a questão da diferença. Assim sendo, percebe-se que é necessária uma reformulação na prática pedagógica dos professores.

Klin (2006) aponta que o autismo é um transtorno comportamental, de etiologia desconhecida, com prejuízo acentuado na tríade socialização, linguagem e comportamento. A dificuldade de socialização é uma das características mais marcantes deste transtorno e o âmbito escolar é ideal para propiciar experiências benéficas de socialização quando a inclusão acontece de maneira correta.

Camargo e Bosa (2009) afirmam que existem poucas crianças com autismo incluídas na rede regular de ensino, se comparadas àquelas com outros transtornos ou deficiências. Isso ocorre devido à falta de preparo das escolas e professores para atender à demanda da inclusão. A inclusão é um preparo para a vida em comunidade, dando oportunidade às crianças com autismo de conviver com crianças que não possuem o transtorno, desmistificando rótulos que foram dados há muito tempo e que, por sua vez, não condizem com a realidade das pessoas com autismo.

Os estudos realizados por Mercadante e Rosário (2009) apontam que a inclusão educacional de alunos com autismo já está acontecendo. Em contrapartida, existem casos em que esses alunos são excluídos da escola regular e isso acontece, apesar dessas pessoas terem garantido legalmente o direito de conviver em ambientes educacionais não segregados.

No que tange ao procedimento metodológico, um acompanhamento dos alunos com autismo na sala de aula regular vai se estruturar como um estudo de caso e um conjunto de dados específicos serão coletados em entrevistas com professores e pedagogos, perfazendo uma gama de detalhes num cenário de pesquisa qualitativa.

Breve histórico da Educação Inclusiva

Quando uma criança nasce com uma deficiência, começa para ela e sua família uma longa história de dificuldades. Não é apenas a deficiência que torna difícil sua existência, mas a atitude das pessoas e da sociedade diante de sua condição. Ser uma pessoa com deficiência nunca foi fácil, nem “aceitável”, com base nos padrões de normalidade estabelecidos pelo contexto sociocultural. Outrora as pessoas com deficiência eram vistas de formas antagônicas: sacrificados, como um mal a ser evitado; privilegiados como detentores de poderes; perseguidos e evitados; protegidos e isolados, como insanos e indefesos.

Segundo Coelho (2010) historicamente sempre foi delegado à pessoa com deficiência um lugar específico, do diferente, sendo a diferença considerada como atributo do indivíduo, ou seja, como algo pertencente a ele. Com isso, as pessoas com deficiência foram no decorrer dos anos, desacreditadas socialmente. Existe a necessidade da superação de visão padronizada e classificatória, ainda bastante comum na sociedade atual. Ela cria um padrão de normalidade e condena todos que a ela fugirem à pena da discriminação, e, conseqüentemente, das práticas excludentes.

Para Mendes (2006) com a humanização das culturas – consequência das conquistas nos campos econômicos, social e filosófico – e principalmente com o advento da Ciência, as relações entre as pessoas com e sem deficiência começaram a se modificar. No decorrer da história da humanidade, a deficiência

tem ocupado diferentes lugares e sobre eles pairam diversos olhares e possibilidades de vida.

A história da atenção educacional para pessoas com deficiência no Brasil percorreu as fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. Nas décadas de 60 e 70, com a política de universalização do ensino fundamental no Brasil, outros segmentos sociais passam a ter acesso à escola. Esse esforço de universalização, sem o correspondente esforço de reestruturação de uma escola elitista e altamente seletiva que a tornasse preparada para lidar com esses novos alunos, facilitou o acesso à escola, mas dificultou o acesso a uma educação de qualidade para todos, gerando o fenômeno do fracasso escolar.

Nesta mesma década, o termo integração, muito utilizado na Educação Especial, foi utilizado de diferentes maneiras pelos profissionais, desde a preparação dos mesmos para uma possível inserção, como pela inclusão plena das pessoas com deficiência na sociedade.

Pietro (2006, p.43-44) acrescenta que:

Na integração o aluno deve adaptar-se à escola, e não necessariamente uma perspectiva de que a escola mudará para acomodar uma diversidade cada vez maior de alunos. A integração significa tornar as escolas regulares em escolas especiais através da transposição das melhores práticas, dos melhores professores e dos melhores equipamentos das escolas especiais para o sistema regular de ensino, mesmo quando eles não parecem ser necessários.

No final dos anos 1980 as tentativas de integração estavam calcadas, fundamentalmente, em um princípio predominante: levar os alunos para serviços disponíveis na comunidade. Estes serviços eram em classes regulares ou em aulas de artes, música, Educação Física ou atividades extracurriculares. Muitas foram as críticas a essa questão, principalmente a do não pertencimento desses alunos a nenhum grupo e a de que significava, na realidade, a mera colocação dos alunos com deficiências em várias salas (SÁ, 2006).

Na década de 1990, as críticas atingiram o ápice, referindo-se ao fato de que estas estratégias só integravam os alunos que estivessem preparados para enfrentar diversos tipos de dificuldade delas decorrentes. Tem início então, as discussões sobre a inclusão que, segundo Mantoan (2006), propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturada em virtude dessas necessidades. Ainda no dizer

da autora, a inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula.

Entende-se por educação inclusiva o acesso e permanência de todas as crianças nos estabelecimentos de ensino regular, em todos os níveis da educação, independente de suas diferenças ou dificuldades individuais, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, respeitando a diversidade inerente à espécie humana. Como afirma Mantoan (2006, p. 15), incluir “de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los”.

Existem vários documentos que asseguram a educação inclusiva, dentre eles destaca-se, em nível internacional, a Declaração de Salamanca, de 1994, que propõe que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, dentro de uma Pedagogia capaz de satisfazer as suas necessidades. Além disso, todos os governos precisam aprimorar os seus sistemas educacionais no sentido de tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

A Convenção de Guatemala, de 28 de maio de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001 (BRASIL, 2001), que “tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade” e a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2006, aprovada no Brasil pelo Decreto nº 186, de 09 de julho de 2008, que estabelece que os Estados Partes assegurem e promovam a plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência.

No contexto Federal, destaca-se a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Em seu artigo 208 fica determinado que é dever do Estado o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) em seu artigo 58 dispõe que a educação será “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais”. No parágrafo 1º é apontado que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular,

para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Quanto aos profissionais, no artigo 59, III, a lei garante: Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 2002).

Apesar de garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada. É preciso, antes de qualquer ponto, que os professores se adaptem a este processo, onde há a necessidade de um novo olhar para os alunos com necessidades educacionais especiais. É importante que sejam revistos conceitos e preconceitos existentes para que seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade, pois a inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser frequentemente revisado.

Uma visão geral do autismo

Desde que foi descrito em 1943, o autismo tem se apresentado como um transtorno enigmático e, apesar de inúmeras pesquisas realizadas no intuito de compreendê-lo, continua apresentando grandes desafios para se obter um consenso, principalmente no que diz respeito às possibilidades terapêuticas e educacionais.

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento que se caracteriza por dificuldades na interação social, dificuldades na comunicação e por padrões restritos e estereotipados de comportamentos. As pessoas com transtornos globais do desenvolvimento apresentam, em comum, alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, na comunicação e comportamentos estereotipados e repetitivos, além de um estreitamento nos interesses e atividades.

O autismo é um transtorno comportamental de etiologia variada, sendo caracterizado por déficits de interação social, visualizado pela inabilidade na relação com o outro, usualmente combinado com déficits de linguagem e alterações de comportamento. Pode ocorrer em qualquer classe social, etnia ou cultura (CAMARGO; BOSA, 2009).

As dificuldades na interação social podem manifestar-se como isolamento ou comportamento social impróprio; pobre contato visual; dificuldade em participar de atividades em grupo; indiferença afetiva ou demonstrações inapropriadas de afeto; falta de empatia social ou emocional.

Em relação à etiologia, percebe-se que o autismo possui causas diferentes. Ao tratar sobre os fatores que podem estar na origem do autismo, Baptista e Bosa (2008) ressaltam que além das possíveis causas genéticas deste transtorno, alguns casos têm sido relacionados com uma variedade de fatores de risco associados à gravidez e ao parto. No entanto, a autora ressalta que um fator de risco não é o mesmo que uma causa e que pode ser muito difícil afirmar com confiança o que causou um caso específico do autismo. Existe uma combinação de fatores genéticos, bem como outros relacionados com a gravidez e com o parto que determinam se uma criança específica desenvolve autismo ou outro transtorno global do desenvolvimento.

Práticas docentes e intervenções pedagógicas frente ao aluno com autismo

A educação inclusiva exige a adoção de práticas pedagógicas diferentes das adotadas tradicionalmente. Não se concebe mais a utilização de práticas que se pautem pela homogeneidade e que considere uma única forma de aprender, pois, a inclusão educacional chama a atenção para a diversidade, questiona os modelos predeterminados, a ideia de aluno ideal e considera privilegiada a interação entre os alunos.

Batista e Bosa (2008) enfatizam o papel do professor nas situações de aprendizagem ocorridas na escola e, frente às intervenções e interferências, apontam que é necessário que seja feita de maneira programada atentando às particularidades e características dos alunos, procurando adotar uma prática pedagógica flexível que responda as demandas identificadas.

O professor precisa ter consciência de que o aprendizado do aluno com autismo nem sempre acontece da mesma maneira dos demais alunos, ou seja, nem sempre as brincadeiras e a imitação se transformam em aprendizado para esses alunos, sendo ainda mais importante a mediação do professor. Essa informação é importante pois possibilita que o professor perceba que todas as

atividades realizadas na escola têm valor pedagógico e precisam ser trabalhadas com o aluno. Dessa forma, o brincar e os brinquedos, a hora do lanche, a ida ao banheiro, a interação com os colegas, dentre outras ações, precisam ser exploradas e o professor precisa ensinar a funcionalidade de cada atividade ou objeto.

Cunha (2009) informa que, dependendo da atitude do professor e de seu comportamento nas interações com os alunos, ele tanto poderá favorecer a aprendizagem, o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo dos seus alunos, como criar barreiras para este desenvolvimento.

A interação e o estabelecimento de vínculo com o aluno com autismo pode não ser uma tarefa fácil e rápida. Por vezes, esta tarefa pode demandar tempo e exigir um esforço muito grande por parte do professor por conta das características apresentadas por esses alunos e requererá que ele lance mão de todas as estratégias que possam favorecer a sua interação com este aluno. Nesse sentido, Cavalcanti (2001, p. 36) acrescenta que “a família do aluno é uma importante aliada neste processo de aproximação, porque dispõe de várias informações sobre o aluno que podem orientar o trabalho do professor”.

Como uma das dificuldades apresentadas pela pessoa com autismo diz respeito à interação social, o professor deve ter como um de seus principais objetivos contribuir com o aluno no estabelecimento de relações tanto com ele como com os demais alunos. Assim, em sua prática pedagógica, o professor deve privilegiar situações e atividades que facilitem a consecução desse objetivo. Pode ser que a princípio o professor precise trabalhar individualmente com o aluno, mas gradualmente deve procurar incluir o aluno nas atividades em grupo.

Amy (2009) destaca:

Um dos objetivos prioritários do professor de alunos com autismo deve ser justamente possibilitar uma convivência social saudável, mesmo que seja imprescindível a realização de atividades individuais, isso não deve privar o aluno com autismo da convivência com os demais colegas de classe.

O professor também precisa ser sensível e estar atento às demonstrações do aluno, pois as pessoas com autismo interagem de forma diferente e, às vezes, essa interação é tão sutil que só pode ser percebida por um olhar atento.

Dessa forma, pode ser necessário que o professor da escola regular, junto com o profissional especializado que acompanha o aluno, busque meios de favorecer uma comunicação mais satisfatória possível com o seu aluno com autismo.

É necessário que o professor proporcione um ambiente acolhedor e bem estruturado, pois o aluno precisa sentir-se seguro. Como grande parte dos alunos com autismo possui dificuldades em aceitar mudanças de objetos, rotinas, dentre outras, é imprescindível que o professor organize uma rotina previsível que antecipe para o aluno o que acontecerá durante o tempo em que passará na escola. A rotina pode ser apresentada ao aluno por meio da utilização de objetos que representem a atividade que será realizada posteriormente ou através do uso de miniaturas, imagens e fotos.

O professor precisa ainda desenvolver estratégias que estimulem o interesse desse aluno para as atividades escolares e para que os comportamentos agressivos e estereotipados passem a ser secundários. Um meio de facilitar este processo é a utilização de sinais claros e simples nas diferentes atividades que serão realizadas. (BOSA, 2006).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a metodologia adotada foi o estudo de caso dentro de um enfoque qualitativo de pesquisa. A opção se deu pela flexibilidade desse tipo de abordagem, além de ser a mais adequada, pois permitiu a observação do cotidiano escolar de professores que atuam com alunos com autismo, com vistas a perceber como os professores dessas classes desenvolvem sua prática docente e intervenções pedagógicas frente ao aluno com autismo.

As observações e entrevistas foram realizadas com base em roteiros semiestruturados (APÊNDICE A) aplicados a cinco professoras que atuam em turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As professoras entrevistadas, encontram-se na faixa etária dos 36 aos 45 anos de idade, são efetivas na rede Municipal de Ensino e possuem mais de cinco anos de atuação em sala de aula. Todas são graduadas em Pedagogia. Uma possui especialização em Gestão

Escolar Integrada, uma é especialista em Educação Especial e Inclusiva e três possuem especialização em Psicopedagogia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para conhecer a concepção dos professores acerca do tema, foi feita a seguinte pergunta: “O que você entende por inclusão?”

Professora A: *“É trabalhar com a diversidade, respeitando os limites. Mas só tem inclusão se houver um local adequado para receber essas pessoas”.*

Professora B: *“Inclusão pela minha experiência é colocar na escola todas as crianças, mesmo as com deficiências, mas tem que favorecer a socialização destes alunos”.*

Professora C: *“É receber na escola pessoas que tem deficiência. Só que nós não podemos expulsar elas da escola, que é um direito que elas têm”.*

Professora D: *“É fazer com que sejam tratados de forma igual, com direitos iguais aos demais alunos”.*

Professora E *“Escola Inclusiva é aquela que reconhece a diferença respeitando-a para alcançar a igualdade e o respeito entre todos”.*

O primeiro aspecto notável nas falas dos professores é a perspectiva de inclusão associadas especificamente à educação das pessoas com deficiência na escola regular. As ideias giram em torno da inclusão como: abertura do espaço escolar para receber as pessoas com deficiência; inclusão como simples ato de “incluir” as crianças com deficiência na escola e inclusão como direito à educação. A nosso ver, essas concepções mostram-se tímidas e em certa medida ingênuas, considerando o fato de que as discussões atuais sobre a proposta de inclusão têm dimensões mais amplas do que simplesmente a ideia de “trabalhar com a diversidade”, “colocar na escola”, “direito”, “participação”.

Pode-se notar que o conceito de inclusão já foi absorvido pela profissional E, ou seja, a inclusão é possibilitar a todos os alunos acesso ao conhecimento, respeitando suas diferenças.

Quanto à pergunta: “Como você descreveria seu aluno com autismo?” , quando solicitadas a descrevê-los, as professoras falam sobre as dificuldades de interação apresentadas por eles, mas pontuam também que, de maneira geral, os alunos são afetuosos com elas.

Para diagnosticar a realidade experienciada por elas, fez-se o seguinte questionamento: “Que tipo de conhecimento técnico e pedagógico você possui sobre o espectro autista?”

Professora A: *“Tenho pouco conhecimento e experiência referentes ao autismo, sinto necessidade de saber mais sobre autismo”.*

Professora B: *“Conheço pouco sobre o espectro autista, não recebi uma formação adequada. Quando formei, praticamente não se falava em inclusão e nos cursos que participo são mais teóricos que práticos”.*

Professora C: *“O conhecimento que tenho é mais teórico, porém na minha graduação este tema foi pouco discutido e estudado. O que sei foi lendo e participando de alguns cursos”.*

Professora D: *“Sei pouco, preciso me aprofundar mais, pois estou trabalhando este ano com aluno autista em minha sala de aula”.*

Professora E: *“Me conhecimento é pouco, por isso estou me sentindo bastante insegura para atuar com alunos autistas”.*

As respostas das professoras foram unânimes no aspecto conhecimento técnico. De acordo com o que foi apontado por elas, o conhecimento que têm é bastante superficial, e faz com que sintam a necessidade de maior aprofundamento sobre o assunto. Alegam que temáticas sobre inclusão foram pouco discutidas e estudadas no período da graduação. Desta forma, demonstram fragilidade desde a formação inicial. Enfatizam que os cursos de formação continuada que participam são bastante teóricos e não contribuem para dar suporte no trabalho do dia a dia. Diante disto, verifica-se que as professoras sentem necessidade de cursos teórico-práticos que atendam as suas necessidades, para que se sintam mais seguras ao trabalharem com o aluno com autismo.

Os cursos de formação inicial devem orientar o futuro professor a desenvolver um ensino para a coletividade, valorizando a diversidade, assim como ser um professor capaz de encontrar soluções para os conflitos que surgem em seu cotidiano docente. A prática pedagógica direcionada à educação inclusiva precisa contemplar um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista lateralmente ou de maneira isolada, mas sim, como elemento do sistema regular. Para tanto, o quesito

imprescindível para a concretização destas práticas é a formação adequada e contínua do professor.

Frente a esse contexto, é preciso que o professor busque mais conhecimento, desenvolva competências e habilidades para atuar em sala de aula a fim de contribuir para a construção do conhecimento de todos os alunos. No entanto, existe a necessidade de adaptar e reformular as práticas pedagógicas, inovando-as, revendo-as e refletindo a própria forma de conceber o conhecimento.

Continuando o debate a cerca do trabalho em sala de aula, foi questionado: “Que estratégia utiliza para tornar os conteúdos compreensíveis para o aluno com autismo? ”

Professora A: *“Busco utilizar jogos e atividades lúdicas”.*

Professora B: *“Sempre uso atividades lúdicas e materiais confeccionados pelas crianças. Uso poucos jogos industrializados, pois são escassos na sala de aula”.*

Professora C: *“Tenho muita dificuldade de trabalhar com os alunos com deficiência, principalmente em fazer as adaptações curriculares. Fico perdida na metodologia que tenho que aplicar. Não trabalho nenhuma metodologia específica”.*

Professora D: *“Não sei se estou fazendo correto, pois não tenho orientação de ninguém, mas tento dar atenção individualizada para este aluno e trazer atividades diferenciadas para ele. Tenho dificuldades de adaptar os conteúdos que trabalho para ele, muitas vezes tento fazer este trabalho com a professora de AEE, mais nossos horários não são compatíveis”.*

Professora E: *“Eu gostaria muito de usar tecnologias com o aluno autista, mas a escola não tem suporte para isto, e nem tem o profissional preparado para este atendimento.”*

Observa-se que as professoras sentem dificuldade em estabelecer uma metodologia que seja eficaz e adaptada ao aluno com autismo, além de alegarem dificuldades na realização das adaptações curriculares. Consideramos de extrema importância a comunicação entre o professor regente com o professor do AEE, para que eles avaliem se os atendimentos dos alunos com autismo estão dando resultado ou não, para que possam desenvolver estratégias nos planos de atendimento. É necessário que se crie a articulação

dos professores com a direção e pedagogo da escola, tendo em vista que juntos irão buscar formas de aperfeiçoar e criar novas estratégias para de fato incluir os alunos em sala de aula. Infelizmente, não é essa a prática observada nestas escolas.

O uso das tecnologias citado pela entrevistada pode representar um forte aliado frente ao trabalho com o aluno com autismo, porém, deve contar com o profissional preparado para usar os recursos tecnológicos e espaço apropriado.

Dando sequência ao trabalho em sala de aula, indagou-se: “Qual a maior dificuldade que você encontra para desenvolver o trabalho em sala de aula? Como você lida com essa dificuldade? O que faz para saná-la?”

Professora A: *“Minha maior dificuldade está relacionada à família, pois a mesma não se interessa em querer o melhor, mas o que lhe é conveniente. Sempre procuro alternativas para a minha sala de aula e sempre vou atrás de informações”.*

Professora B: *“Às vezes é difícil trabalhar com a família. Busco a parceria com os pais. Procuro estar sempre em contato com eles”.*

Professora C: *“Eu não optei por trabalhar com os alunos especiais. Não me sinto suficientemente preparada para trabalhar com eles. Procuro dar o melhor de mim, mas sempre acho que está faltando alguma coisa. Já fiz cursos, tenho muito amor para dar, mas mesmo assim sinto um grande vazio”.*

Professora D: *“A falta de suporte adequado considerando desde a estrutura física até a formação continuada, além de falta de apoio especializado. Ele existe, mais é insuficiente. Para sanar as dificuldades busco adaptações sempre que possível do espaço físico e participo de cursos ou palestras”.*

Professora E: *“Falta de orientação e apoio do gestor e do pedagogo. Não temos uma equipe multidisciplinar para a realização de um trabalho conjunto”.*

Ao analisar as respostas, observa-se que as maiores dificuldades dos professores estão na falta de participação da família, despreparo profissional e falta de suporte e trabalho em parceria com gestão e pedagogo. Por isso a instituição precisa continuar investindo no processo de reforma para oferecer um ambiente adequado, com recursos físicos e humanos suficientes, metodologias mais individualizadas, trabalho em conjunto com os pais e na conscientização de toda a comunidade escolar.

É necessário investir em cursos para os profissionais da educação para que todos, direção, coordenação, supervisão, sala de recursos e equipe de apoio à aprendizagem possam desempenhar bem suas funções e se ajudar. É importante que o professor não se sinta sozinho neste processo. A equipe de direção deve proporcionar momentos em que o profissional possa expor suas angústias, suas dúvidas, debater com os colegas e trocar experiências além de coordenar as atividades para que o profissional da sala de recursos, a equipe de apoio à aprendizagem e os professores regentes trabalhem juntos, possibilitando assim uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi abordado no decorrer da pesquisa, é possível verificar através das entrevistas e observações realizadas que a perspectiva dos professores que têm alunos com autismo em suas salas de aula, é que eles sentem falta de conhecimento sobre o quadro, falta de formação, dificuldade para encontrar apoio de outros profissionais, dificuldade para saber que conteúdo ensinar, descrença no desenvolvimento escolar desses alunos, falta de base para acolher a família e falta de suporte tecnológico e de infraestrutura. O professor não acredita estar bem preparado para receber em sua sala de aula alunos com autismo. Necessitam de preparo mais específico e de mais conhecimentos sobre o autismo e suas manifestações.

De acordo com os resultados encontrados nesta pesquisa, os professores demonstraram estar desorientados sobre inclusão e sobre como trabalhar com o aluno com autismo. Desta forma, entende-se que os professores se consideram despreparados e necessitam de ajuda para estruturação de práticas de ensino e de adequações curriculares, a fim de melhorar o desenvolvimento de linguagem, a interação social e aumentar a participação desses alunos em atividades acadêmicas.

O estudo deixou clara a necessidade de realização de mais pesquisas relacionadas ao tema autismo e inclusão. Ainda é grande a falta e preparo dos professores e da população em geral para lidar com estas crianças.

Por fim, é importante ressaltar que é a qualidade do relacionamento professor-aluno que torna o processo educativo e a escola significativos para o

educando. É preciso que os professores sejam capacitados para atender à crescente população de crianças com autismo. Infelizmente ainda é grande o número de pessoas que enxergam estes indivíduos de forma errônea e acabam não realizando a inclusão da melhor forma possível a estes alunos. Contudo, em todas as pesquisas estudadas, ficou clara a importância da inclusão destas crianças em escolas regulares para promover experiências de socialização em atividades diárias, tornando-as o mais independente possível.

REFERÊNCIAS

- AMY, M. D. **Enfrentando o autismo**: a criança, seus pais e a relação terapêutica. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ARAÚJO, C. **O processo de individuação no autismo**. São Paulo: Mennon, 2000.
- BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BOSA, C. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.28, p.47-53, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, 2002.
- _____. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2006.
- _____. **Decreto nº 3.956**, de 08 de outubro de 2001. Brasília, 2001.
- _____. **Decreto nº 186**, de 09 de julho de 2008. Brasília, 2008.
- CAMARGO, S. P.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v.21, n.1, p.65-74, 2009.
- CAVALCANTI, A. E. **Autismo: construções e desconstruções**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- COELHO, C. M. Madeira. Inclusão escolar. In: **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. Brasília: 2010.
- CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Rev. Bras. Psiquiatr.** São Paulo, v.28, p.3-11, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000300002&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 08 ago. 2016.

MERCADANTE, M. T.; ROSÁRIO, M. C. **Autismo e Cérebro Social**. São Paulo: Segmento Farma, 2009.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

SÁ, E. D. **Educação Inclusiva no Brasil, Sonho ou Realidade?** In: 6ª Jornada Especial "A Educação no Terceiro Milênio: Espaço para Diversidade". São Paulo, 2006.

APÊNDICE 1

Roteiro de Entrevista feita com os professores

1. IDENTIFICAÇÃO

Data:

Nome:

Dados Pessoais

1.1- Sexo () F () M

1.2- Idade:

Dados Profissionais

1.3- Cargo ocupado _____

1.4- Tempo de serviço nesta escola _____

1.5- Carga horária de trabalho nesta escola _____

1.6- Formação Profissional/Escolaridade _____

1.7- Série em que atua: _____

1.8- Quantos alunos na sala de aula: _____

1.9- Quantidade de alunos com autismo na sala? _____

2. O que você entende por inclusão?

3. Como você descreveria seu aluno com autismo?

4. Que tipo de conhecimento técnico e pedagógico possui sobre o espectro autista?

5. Que estratégia utiliza para tornar os conteúdos compreensíveis para o aluno autista?

6. Qual a maior dificuldade que você encontra para desenvolver o trabalho em sala de aula? Como você lida com essa dificuldade? O que faz para saná-la?